



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
57ª LEGISLATURA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
RELATÓRIO DE MATÉRIAS APROVADAS
2023

(Atualizado em 20 de dezembro de 2023)

Presidente: Senador DAVI ALCOLUMBRE – UNIÃO/AP
Vice-Presidente: Senador MARCOS ROGÉRIO – PL/RO

Sumário

INDICAÇÃO DE AUTORIDADES.....	4
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AGENTES PÚBLICOS	13
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICOS	15
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	17
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	18
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SERVIÇOS PÚBLICOS	21
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	22
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FINANÇAS PÚBLICAS	25
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ECONÔMICA	26
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – TURISMO	27
HONORÍFICO – DATA COMEMORATIVA.....	29
INFRAESTRUTURA – MINAS E ENERGIA.....	30
JURÍDICO – DIREITO CIVIL.....	31
JURÍDICO – DIREITO DE TRÂNSITO	32
JURÍDICO – DIREITO ELEITORAL.....	33
JURÍDICO - DIREITO PENAL E PENITENCIÁRIO	34
JURÍDICO – DIREITOS E GARANTIAS	37
JURÍDICO – ELEIÇÕES.....	38
JURÍDICO – FAMÍLIA E SUCESSOES	39
JURÍDICO – PROCESSO CIVIL.....	40
JURÍDICO – PROCESSO PENAL	42
MEIO AMBIENTE.....	45
NORMA JURÍDICA	46
ORÇAMENTO PÚBLICO – EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	47
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – ADVOCACIA	48
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – DEFENSORIA PÚBLICA	49
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA.....	50
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – PODER JUDICIÁRIO	51
POLITICA SOCIAL – DESENVOLVIMENTO URBANO	52
POLITICA SOCIAL – DIREITOS HUMANOS E MINORIAS	53

POLITICA SOCIAL - EDUCAÇÃO	55
POLITICA SOCIAL - IDOSOS	58
POLITICA SOCIAL - MULHERES.....	59
POLITICA SOCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL.....	61
POLITICA SOCIAL - SAÚDE.....	62
POLITICA SOCIAL – TRABALHO E EMPREGO.....	65
SOBERANIA, DEFESA NACIONAL E ORDEM PÚBLICA - DIREITO MARÍTIMO, AERONÁUTICO E ESPACIAL.....	66
REQUERIMENTOS	67
ORÇAMENTO	81
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	82
ESTATÍSTICAS 2023	113

INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

16ª Reunião – 21/06/2023

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor CRISTIANO ZANIN MARTINS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Enrique Ricardo Lewandowski.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor CRISTIANO ZANIN MARTINS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com 21 votos favoráveis e 5 votos contrários.

18ª Reunião – 11/07/2023

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relator: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis.

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relator: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 8, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MOACYR REY FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MOACYR REY FILHO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção.

OFÍCIO "S" Nº 11, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B , inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis.

OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relator: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR

para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis.

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, com 20 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção.

43ª Reunião – 25/10/2023

Mensagem (SF) n° 60, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Omar Aziz

Relator Ad hoc: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Mensagem (SF) n° 61, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Teodoro Silva Santos, para exercer

o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

Mensagem (SF) nº 62, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor José Afrânio Vilela, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

52ª Reunião – 29/11/2023

Ofício "S" nº 17, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com 24 votos favoráveis e 3 votos contrários.

Ofício "S" nº 18, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130A, inciso VI, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção.

Ofício "S" nº 20, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130A, inciso IV, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

Ofício "S" nº 21, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

Ofício "S" nº 22, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção.

Ofício "S" nº 23, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Cid Gomes

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Ofício "S" n° 24, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

Ofício "S" n° 25, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Ofício "S" n° 26, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Otto Alencar

Resultado: Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Ofício "S" nº 27, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Guimarães Feliciano, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Guilherme Guimarães Feliciano para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

53ª Reunião – 06/12/2023

Mensagem (SF) nº 87, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha no nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, por unanimidade, com 19 votos favoráveis.

Observações: Aprovado Requerimento nº 81, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria.

54ª Reunião – 13/12/2023

Mensagem (SF) nº 88, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 10 (dez) votos contrários.

Observações: Aprovado o Requerimento de urgência para a matéria.

Mensagem (SF) nº 89, de 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição Federal, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários.

Observações: Aprovado o Requerimento de urgência para a matéria.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AGENTES PÚBLICOS

10ª Reunião – 10/05/2023

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 162, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal, para permitir a permuta entre juízes de direito vinculados a diferentes tribunais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Margarete Coelho (PP/PI)

Relator: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

43ª Reunião – 25/10/2023

Projeto de Lei nº 3045, de 2022

- Não Terminativo -

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo-se integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e rejeitando-se as demais.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, acolhendo-se integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e rejeitando-se as demais.

Observações: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

49ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei nº 4337, de 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Subemenda nº 1-CCJ, nos termos do Parecer.

52ª Reunião – 29/11/2023

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2023

- Não Terminativo -

Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Votam vencidos os Senadores Flávio Bolsonaro e Sergio Moro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICOS

3ª Reunião – 29/03/2023

PROJETO DE LEI N° 3006, DE 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento nº 1, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria.

7ª Reunião – 26/04/2023

PROJETO DE LEI N° 3006, DE 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relator Ad hoc: Senador Plínio Valério

Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento nº 8, de 2023-CCJ de urgência para a matéria.

20ª Reunião – 16/08/2023

Projeto de Lei nº 2342, de 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Supremo Tribunal Federal

Relator: Senador Weverton

Relator ad hoc: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.

Projeto de Lei nº 1987, de 2023

- Não Terminativo -

Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Relator: Senador Weverton

Relator *ad hoc*: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2017

- Não Terminativo -

Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

Explicação da ementa: *Cria, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, 52 funções Comissionadas.*

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Tribunal Superior do Trabalho

Relator: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.

53ª Reunião – 06/12/2023

Projeto de Lei nº 2402, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento nº 82, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

4ª Reunião – 31/05/2023

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2022

- Não Terminativo -

Acrescenta o art. 121 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.

Iniciativa: Deputado Federal Fausto Pinato (REPUBLICANOS/SP)

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – LICITAÇÕES E CONTRATOS

3ª Reunião – 29/03/2023

PROJETO DE LEI Nº 1899, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar.

4ª Reunião – 12/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 1899, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado em Turno Suplementar (sem emendas apresentadas).

7ª Reunião – 26/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 2641, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2641, de 2019. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

10ª Reunião – 10/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 2641, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a

compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 2721, DE 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

Observações: Votam vencidos os Senadores Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão.

39ª Reunião – 04/10/2023

PROJETO DE LEI Nº 2721, DE 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN. Vota vencido o Senador Eduardo Girão.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

22ª Reunião – 23/08/2023

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21, DE 2019

- Não Terminativo -

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

Explicação da Ementa: *Estabelece as atribuições a serem exercidas pelo Vice-Presidente da República.*

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Contrário à Emenda nº 3 - PLEN.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 3-PLEN.

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 3535, de 2023

- Não Terminativo -

Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Superior Tribunal Militar

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SERVIÇOS PÚBLICOS

39ª Reunião – 04/10/2023

Projeto de Lei nº 4503, de 2023

- Não Terminativo -

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências..

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações:

Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

46ª Reunião – 07/11/2023

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019

- Não Terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Baleia Rossi (MDB/SP)

TRAMITA EM CONJUNTO COM

Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelece reforma tributária, para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jean-Paul Prates (PT/RN)

TRAMITA EM CONJUNTO COM

Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senadora Kátia Abreu (PP/TO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Elmano Férrer (PP/PI), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Carlos Viana (PL/MG)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nos 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 420, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 552, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 657, 666, 669 e 670, na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nos 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas.

Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Eduardo Braga favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 95, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 366, 375, 377, 378, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 408, 409, 415, 420, 421, 422, 430, 433, 436, 437, 439, 443, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 459, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 499, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 554, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 564, 571, 577, 578, 579, 580, 581, 590, 593, 594, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 604, 608, 612,

613, 615, 616, 619, 620, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 653, 657, 659, 663, 664, 665, 666, 668, 669, 670, 688, 694, 713, 719, 722, 724, 730, 731, 740, 741, 745, 746, 747, 748, 749, 751, 752, 753, 754, 758, 760, 766, 767, 769, 773, 774, 775, 778, 784, 793, e 795 nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022, e as demais emendas apresentadas.

Observações:

- Em votação em globo, foram rejeitados os requerimentos de destaque individuais.
- Nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF, são colocadas em votação as seguintes emendas destacadas:
 - Emenda nº 105, rejeitada por 17 (dezesete) votos contrários e 9 (nove) votos favoráveis;
 - Emenda nº 702, rejeitada por 16 (dezesesseis) votos contrários e 10 (dez) votos favoráveis;
 - Emenda nº 714, rejeitada por 19 (dezenove) votos contrários e 7 (sete) votos favoráveis;
 - Emenda nº 736, rejeitada por 16 (dezesesseis) votos contrários e 10 (dez) votos favoráveis;
 - Emenda nº 783, rejeitada por 19 (dezenove) votos contrários e 7 (sete) votos favoráveis.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FINANÇAS PÚBLICAS

39ª Reunião – 04/10/2023

Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivo da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e 192, de 11 de março de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ECONÔMICA

3ª Reunião – 29/03/2023

Projeto de Lei nº 3983, de 2019

- Terminativo -

Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – TURISMO

49ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei nº 1829, de 2019

- Não Terminativo -

Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre os tripulantes de voos internacionais, a autorização para exploração de serviços aéreos públicos e a autorização de funcionamento para prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal. Dispõe sobre os objetivos da Política Nacional do Turismo e do Plano Nacional de Turismo, a composição e os objetivos do Sistema Nacional de Turismo, o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), os prestadores de serviços turísticos e as penalidades e infrações a que estão sujeitos, e os recursos de acessibilidade disponibilizados pelos meios de hospedagem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, acatando integralmente as Emendas nº 1 e 2, e parcialmente a Emenda nº 3, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), restando prejudicada a Emenda nº 4.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ECONÔMICA

7ª Reunião – 26/04/2023

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Relator: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 7-CAE, 9, 11, 12, 13 e 14, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais Emendas.

Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 7-CAE, 9, 11, 12, 13 e 14, nos termos da Emenda nº 15-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais Emendas.

Observações: Aprovado Requerimento nº 9, de 2023-CCJ, de urgência para a matéria.

HONORÍFICO – DATA COMEMORATIVA

14ª Reunião – 31/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 1732, DE 2021

- Não Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura; e dá outras providências.

Iniciativa: Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Paulo Paim

Relator *Ad hoc*: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

- Não Terminativo -

Institui a Semana do Migrante.

Iniciativa: Deputado Federal Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RS)

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

INFRAESTRUTURA – MINAS E ENERGIA

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 6211, de 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.

Explicação da Ementa: Permite a inclusão da remuneração e dos gastos incorridos na execução de suas atividades nas despesas de comercialização da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Autoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

JURÍDICO – DIREITO CIVIL

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 1269, de 2022

- Não Terminativo -

Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

JURÍDICO – DIREITO DE TRÂNSITO

4ª Reunião – 12/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 3616, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

14ª Reunião – 31/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 1198, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para criar o crime de transporte irregular de crianças e adolescentes.

Explicação da Ementa: *Torna crime realizar transporte de crianças e adolescentes, sem a devida autorização, gerando perigo de dano.*

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1.

Observações: durante a discussão, o Relator rejeitou oralmente a Emenda nº 1.

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 1198, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.

Explicação da Ementa: *Exige a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.*

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda 1.

Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 2-CCJ, e rejeitada a Emenda nº 1.

JURÍDICO – DIREITO ELEITORAL

3ª Reunião – 29/03/2023

PROJETO DE LEI Nº 5281, DE 2019

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relator: Senador Weverton

Relator *ad hoc*: Senador Fabiano Contarato

Resultado: Aprovado o Projeto.

JURÍDICO - DIREITO PENAL E PENITENCIÁRIO

2ª Reunião – 15/03/2023

PROJETO DE LEI Nº 5385, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Paulo Ganime (NOVO/RJ)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

Observações: Durante a discussão, o Senador Fabiano Contarato apresentou a Emenda nº 1, que foi acolhida pelo Relator.

10ª Reunião – 10/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 3283, DE 2021

- Terminativo -

Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 3 e 4-CSP-CCJ e as Emendas nºs 9, 10 e 11-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2-CSP e as Emendas nºs 5, 6, 7 e 8.

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 4997, DE 2019

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas cominadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados.

Explicação da Ementa: *Comina a pena de 3 a 8 anos para o crime de furto, aumenta de 1/3 até metade a pena cominada para o crime de roubo e estabelece a pena de 4 a 10 anos, e multa, para o crime de receptação, na hipótese de os objetos de tais crimes serem fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados.*

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relator: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

Observações: Durante a discussão, o Relator acata sugestão de redação do Senador Fabiano Contarato para o art. 155, § 8 do Código Penal, nos termos da Emenda nº 1.

PROJETO DE LEI Nº 1880, DE 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de massacre e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a nova tipificação no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas 1-CCJ a 3-CCJ.

20ª Reunião – 16/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 2233, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável à Emenda nº 5-PLEN.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 5-PLEN

Observações:

- Durante a discussão o Relator altera o Relatório, concluindo pela rejeição da Emenda nº 5-PLEN;
- Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.

22ª Reunião – 23/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 2233, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, de estelionato e de fraude no comércio, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o crime de estelionato contra idoso ou vulnerável no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Marcelo Belinati (PP/PR)

Relator: Senador Plínio Valério

Relator ad hoc: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, com a emenda que apresenta; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3 e 4, na forma das subemendas que apresenta; e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2-CCJ e 5-CCJ, com as Subemendas nº 1-CCJ à Emenda nº 3 e nº 1-CCJ à Emenda nº 4, e contrário à Emenda nº 1.

Observações: Durante a Reunião, o Relator, Senador Plínio Valério, acata a sugestão dos Senadores Alessandro Vieira e Fabiano Contarato e faz adequações no Relatório.

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 173, de 2020

- Não Terminativo -

Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Explicação da Ementa: Permite a transferência, mediante celebração de convênio, de recursos da União para as APACs, que são entidades privadas sem fins lucrativos têm por finalidade desenvolver nos presídios atividades relacionadas com a recuperação do preso. Esses recursos devem ser aplicados na criação, ampliação ou reforma de suas instalações em unidades prisionais, bem como na aquisição de equipamentos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Eros Biondini (PTB/MG)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

49ª Reunião – 22/11/2023
Projeto de Lei nº 4266, de 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com cinco emendas que apresenta, que contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CDH-CCJ e as Emendas nº 3-CCJ a 8-CCJ, ficando prejudicada a Emenda nº 2.

JURÍDICO – DIREITOS E GARANTIAS

4ª Reunião – 12/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 5023, DE 2019

(EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2003)

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senadora Patrícia Saboya (CIDADANIA/CE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Castro

Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados.

49ª Reunião – 22/11/2023

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

JURÍDICO – ELEIÇÕES

19ª Reunião – 09/08/2023

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera o art. 14 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade dos transportes em dias de votações.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean-Paul Prates (PT/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ.

27ª Reunião – 13/09/2023

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera o art. 14 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade dos transportes em dias de votações.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean-Paul Prates (PT/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2-PLN.

JURÍDICO – FAMÍLIA E SUCESSOES

3ª Reunião – 29/03/2023

PROJETO DE LEI Nº 2491, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 699-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

JURÍDICO – PROCESSO CIVIL

13ª Reunião – 24/05/2023

Projeto de Lei nº 3277, de 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor sobre a acessibilidade, por meio da Língua Brasileira de Sinais e de Braille, no acesso à justiça e em favor do testador.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relator: Senador Paulo Paim

Relator Ad hoc: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela aprovação das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH; pela aprovação parcial das Emendas nºs 4-CDH e 5-CDH, nos termos das subemendas que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 3-CDH.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CDH-CCJ; 4-CDH, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; 5-CDH, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ; e as Emendas nºs 6-CCJ e 7-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 3-CDH.

27ª Reunião – 13/09/2023

Projeto de Lei nº 5020, de 2019

- Não Terminativo -

Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para determinar a aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Explicação da Ementa

Determina a aplicação das regras previstas no Código de Processo Civil relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, bem como possibilita ao demandando, no prazo de 5 dias após a citação, requerer a modificação da competência por motivo de conexão ou continência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

49ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei nº 5020, de 2019

- Não Terminativo -

Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para determinar a aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Explicação da Ementa: Determina a aplicação das regras previstas no Código de Processo Civil relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de

demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, bem como possibilita ao demandando, no prazo de 5 dias após a citação, requerer a modificação da competência por motivo de conexão ou continência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Emenda nº 1-PLEN.

JURÍDICO – PROCESSO PENAL

7ª Reunião – 26/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 2757, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 17 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para impossibilitar a aplicação de penas alternativas para os crimes praticados com violência ou grave ameaça em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relator: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

10ª Reunião – 10/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 1307, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relator: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 03, 05, 06, 08 e 10-CSP, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 04-CSP, restando prejudicadas as Emendas nºs 02, 07, 09 e 11-CSP.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-T-CSP-CCJ, 3-T-CSP-CCJ, 5, 6, 8 e 10-CSP-CCJ e a Emenda nº 12-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 4-T. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 2-T, 7, 9 e 11-CSP.

13ª Reunião – 24/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 2233, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto com 4 emendas (de redação) que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação.

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 2105, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativo no crime de sequestro e cárcere

privado e no de extorsão mediante sequestro, quando o proprietário houver concorrido para o crime.

Explicação da Ementa: *Inclui entre os efeitos da condenação criminal a perda do imóvel utilizado como cativo para praticar cárcere privado ou extorsão mediante sequestro. Protege o bem de família em relação aos efeitos da condenação. Determina que a reabilitação daqueles que cumpriram suas penas não restitui a habilitação para dirigir veículo perdida com a condenação.*

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Carlos Sampaio (PSDB/SP)

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

PROJETO DE LEI Nº 1496, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Explicação da Ementa: *Estabelece a obrigatoriedade da identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, de condenados por determinados crimes que especifica, por ocasião de sua entrada no estabelecimento prisional.*

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais.

20ª Reunião – 16/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 1496, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Explicação da Ementa: *Estabelece a obrigatoriedade da identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, de condenados por determinados crimes que especifica, por ocasião de sua entrada no estabelecimento prisional.*

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

47ª Reunião – 08/11/2023

Projeto de Lei nº 3453, de 2021

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas.

MEIO AMBIENTE

20ª Reunião – 16/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 1644, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para redefinir a infração de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias.

Explicação da Ementa: *Conceitua a conduta de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias com infração de natureza grave.*

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 5690, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

Explicação da Ementa: *Cria o selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente”, com validade de dois anos, para condecorar as pessoas jurídicas que desenvolvam ou participem de iniciativas e ações que contribuam para a proteção do meio ambiente e permite o estabelecimento, em licitações públicas, de margem de preferência para a contratação de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que possuam rotulagem ambiental.*

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relator: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA, e da Emenda nº 3-CMA, na forma da subemenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CMA-CCJ, 2-CMA-CCJ, e 3-CMA, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ.

35ª Reunião – 16/08/2023

Projeto de Lei nº 2903, de 2023

- Não Terminativo -

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Homero Pereira (PL/MT)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 11 a 49.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas, com 16 votos SIM e 10 votos NÃO.

Observações:

Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. Votam vencidas as Senadoras Zenaide Maia, Augusta Brito e Eliziane Gama.

NORMA JURÍDICA

2ª Reunião – 15/03/2023

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 94, DE 2019

- Não Terminativo -

Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Resultado: Aprovado o Parecer com a Emenda nº 1-CCJ.

ORÇAMENTO PÚBLICO – EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

47ª Reunião – 08/11/2023
Projeto de Lei nº 3954, de 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada pela Senadora Augusta Brito (Emenda nº 7); pela aprovação da Emenda nº 4; pela aprovação da Subemenda do Senador Giordano; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5 e 6.

Resultado: Aprovado o Projeto; as Emendas nºs 4-CCJ, 9-CCJ e 11-CCJ; a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ (Emenda nº 7); a Emenda nº 10-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ (Emenda nº 8). Rejeitadas as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – ADVOCACIA

13ª Reunião – 24/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 1852, DE 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ)

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – DEFENSORIA PÚBLICA

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 4086, de 2023

- Não Terminativo -

Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Defensoria Pública da União

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA

13ª Reunião – 24/05/2023

Projeto de Lei nº 2878, de 2019

- Não Terminativo -

Inserir o §4º ao Art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relator: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-T, 2-T, 3-T e 4.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4.

39ª Reunião – 04/10/2023

Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2021

- Não Terminativo -

Altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Explicação da Ementa: Estabelece prazos para os pedidos de vista nos julgamentos colegiados do Poder Judiciário. Determina que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial os tribunais possam deferir medidas cautelares que: suspendam a eficácia de leis e atos normativos com efeitos erga omnes; suspendam atos dos presidentes dos demais poderes; suspendam a tramitação de proposições legislativas; afetem políticas públicas ou criem despesas para os demais poderes. Fixa prazo para o julgamento de mérito após o deferimento de pedidos cautelares em ações de controle concentrado de constitucionalidade e dá outras providências.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – PODER JUDICIÁRIO

49ª Reunião – 22/11/2023

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2022

- Não Terminativo -

Altera o art. 96 da Constituição Federal, para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta.

52ª Reunião – 29/11/2023

Projeto de Lei nº 1219, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

POLITICA SOCIAL – DESENVOLVIMENTO URBANO

47ª Reunião – 08/11/2023

Projeto de Lei nº 2494, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Explicação da Ementa: Inclui no repertório de alternativas do Estatuto das Cidades a possibilidade de utilização das Parcerias Público Privadas e Concessões de Bens e Serviços Públicos, já previstos em Leis específicas, como ferramentas de implementação de políticas urbanas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Marcos do Val (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais.

53ª Reunião – 06/12/2023

Projeto de Lei nº 2494, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Explicação da Ementa: Inclui no repertório de alternativas do Estatuto das Cidades a possibilidade de utilização das Parcerias Público Privadas e Concessões de Bens e Serviços Públicos, já previstos em Leis específicas, como ferramentas de implementação de políticas urbanas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Marcos do Val (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

POLITICA SOCIAL – DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

14ª Reunião – 31/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 1231, DE 2019

- Terminativo -

Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

POLITICA SOCIAL - EDUCAÇÃO

4ª Reunião – 12/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 3130, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

14ª Reunião – 31/05/2023

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 137, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera o art. 205 da Constituição Federal, para definir a educação como vetor do progresso do País.

Iniciativa: Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jean-Paul Prates (PT/RN), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1.

Observações: durante a discussão a Relatora rejeita oralmente a Emenda nº 1.

PROJETO DE LEI Nº 5884, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica.

Explicação da Ementa: *Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica, entes de direito privado, constituídas na forma de associação ou fundação, sem fins lucrativos. Essas instituições ofertarão serviços educacionais gratuitos à população, de forma complementar à rede estatal, e tem a prerrogativa de receber recursos orçamentários do poder público para a consecução de suas finalidades.*

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relator: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CE-CCJ, e a Emenda nº 3-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 2.

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018

- Não Terminativo -

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Explicação da Ementa: Fixa diretrizes para a implementação do princípio de valorização dos profissionais da educação escolar, no que se refere aos profissionais das redes públicas de educação básica. Dispõe sobre planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

Observações: Aprovado Requerimento de urgência para a matéria.

Resultado (em 18/10/2023): Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

49ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei nº 4224, de 2021

- Não Terminativo -

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Explicação da Ementa: Fixa diretrizes para a implementação do princípio de valorização dos profissionais da educação escolar, no que se refere aos profissionais das redes públicas de educação básica. Dispõe sobre planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Osmar Terra (MDB/RS)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CCJ e 3-CCJ, e contrário à Emenda nº 1.

53ª Reunião – 06/12/2023

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018

- Não Terminativo -

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Explicação da Ementa: Fixa diretrizes para a implementação do princípio de valorização dos profissionais da educação escolar, no que se refere aos profissionais das redes

públicas de educação básica. Dispõe sobre planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO)

Relator: Senador Efraim Filho

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Contrário à Emenda nº 3-PLEN.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 3-PLEN.

POLITICA SOCIAL - IDOSOS

3ª Reunião – 29/03/2023

Projeto de Lei nº 3167, de 2019

- Terminativo -

Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003, para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

POLITICA SOCIAL - MULHERES

3ª Reunião – 29/03/2023

PROJETO DE LEI Nº 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar.

4ª Reunião – 12/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado em Turno Suplementar (sem emendas apresentadas).

7ª Reunião – 26/04/2023

PROJETO DE LEI Nº 3257, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir como causa de afastamento do agressor do lar a violência psicológica, moral ou patrimonial contra a mulher.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relator: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

14ª Reunião – 31/05/2023

PROJETO DE LEI Nº 5609, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher.

Explicação da Ementa: *Altera a Lei Maria da Penha, para disciplinar a aplicação das medidas protetivas de urgência. Determina que o juiz concederá a tutela específica ou providências para o resultado prático equivalente, e que as medidas de natureza cível constituem título executivo, inclusive em relação ao pagamento de alimentos provisórios.*

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relator: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1-CDH.

19ª Reunião – 09/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 4875, DE 2020

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Marina Santos (SOLIDARIEDADE/PI)

Relatora: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 1713, de 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 2; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da subemenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CCJ, 4-CCJ e a Emenda nº 3, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1.

47ª Reunião – 08/11/2023

Projeto de Lei nº 1054, de 2019

- Terminativo -

Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Explicação da Ementa: Regulamenta a realização de testes de aptidão física por gestantes em concursos públicos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ.

POLITICA SOCIAL – PROTEÇÃO SOCIAL

41ª Reunião – 18/10/2023

PROJETO DE LEI Nº 5384, DE 2020

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Votam vencidos os Senadores Plínio Valério, Rogério Marinho, Eduardo Girão e Marcos Rogério.

47ª Reunião – 08/11/2023

Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2018

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Explicação da Ementa: Determina que os ambientes coletivos contarão com banheiro familiar e fraldário, como requisito para a expedição da carta de habite-se.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas.

Resultado: Aprovado o substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais.

53ª Reunião – 06/12/2023

Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2018

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Explicação da Ementa: Determina que os ambientes coletivos contarão com banheiro familiar e fraldário, como requisito para a expedição da carta de habite-se.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

POLITICA SOCIAL - SAÚDE

10ª Reunião – 10/05/2023

Projeto de Lei nº 2275, de 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre medidas para prevenção e primeiros socorros de casos de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, autoriza a criação da Campanha Nacional Permanente “Recrutando Anjos” e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre medidas com a mesma finalidade.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relator: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

13ª Reunião – 24/05/2023

Projeto de Lei nº 1746, de 2019

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relator: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ, com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ.

Projeto de Lei nº 2335, de 2022

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inserção de advertência acerca dos malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, em livros didáticos e paradidáticos distribuídos nas escolas públicas; e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, para ampliar o escopo das atividades de prevenção ao uso de drogas.

Autoria: Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO)

Relator: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

20ª Reunião – 16/08/2023

PROJETO DE LEI Nº 2940, DE 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

22ª Reunião – 23/08/2023
PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2019

- Terminativo -

Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores.

Explicação da Ementa: *Exige, em divulgações na internet relacionadas à saúde, a cientificação de que a informação é genérica, e que para realizar um tratamento, um profissional deve ser consultado.*

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta.

Resultado: O Substitutivo é aprovado e será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, do RISF.

24ª Reunião – 30/08/2023
Projeto de Lei nº 723, De 2019

- Terminativo -

Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores.

Explicação da Ementa: *Exige, em divulgações na internet relacionadas à saúde, a cientificação de que a informação é genérica, e que para realizar um tratamento, um profissional deve ser consultado.*

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas).

39ª Reunião – 04/10/2023
Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022

- Não Terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador

Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relator: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento parcial das Emendas nº 1 e 3, acatamento integral da Emenda nº 4 (com os ajustes redacionais apresentados pelo autor da Emenda, Senador Otto Alencar), e contrário à Emenda nº 2, na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com o acatamento parcial das Emendas nº 1 e 3, acatamento integral da Emenda nº 4 (com os ajustes redacionais apresentados pelo autor da Emenda, Senador Otto Alencar), na forma da Emenda nº 5 (Substitutivo); e contrário à Emenda nº 2.

POLITICA SOCIAL – TRABALHO E EMPREGO

41ª Reunião – 18/10/2023

Projeto de Lei nº 1821, de 2021

- Não Terminativo -

Regula a profissão de sanitarista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Alexandre Padilha (PT/SP)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado (em 18/10/2023): Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

49ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015

- Não Terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Onyx Lorenzoni (DEM/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1–CAS e à Emenda nº 2-PLEN.

Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CAS e nº 2-PLEN.

SOBERANIA, DEFESA NACIONAL E ORDEM PÚBLICA - DIREITO MARÍTIMO, AERONÁUTICO E ESPACIAL

4ª Reunião – 12/04/2023 **PROJETO DE LEI Nº 3815, DE 2019**

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3-CCJ e 4-CCJ. Rejeitadas as Emendas nº 1-CDH e 2-CDH.

31ª Reunião – 20/09/2023 **Projeto de Lei nº 501, de 2019**

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Leandre (PV/PR)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ (ambas de redação).

REQUERIMENTOS

3ª Reunião – 29/03/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 1, DE 2023

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Urgência para o PL nº 3006/2022.

Resultado: Aprovado.

4ª Reunião – 12/04/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, DE 2023

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3713/2019, que “altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3, DE 2023

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao requerimento que solicitou a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, e nos termos do acordo celebrado na reunião da CCJ do dia 29/03/2023”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4, DE 2023

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Comissão de Segurança Pública (CSP) e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

Resultado: Aprovado.

7ª Reunião – 26/04/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, DE 2023

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5884/2019, que “dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, DE 2023

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2023 - CCJ, sejam incluídos os seguintes convidados: Dr. André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e Sr. Guilherme Alves, Gerente de projetos da Safer Net Brasil e mestre em Tecnologia e Sociedade pela UFPR.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, DE 2023

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2023 – CCJ, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais e seja retirada a participação da Comissão de Educação Cultura e Esporte.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, DE 2023

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2969/2022.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, DE 2023

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 41/2019.

Resultado: Aprovado.

10ª Reunião – 10/05/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, DE 2023

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 164/2022, que “regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 11, DE 2023

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3453/2021, que “altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o DecretoLei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício”..

Resultado: Aprovado.

13ª Reunião – 24/05/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 12, DE 2023

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requerimento de urgência ao PL 1852/2023.

Resultado: Aprovado.

14ª Reunião – 31/05/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 13, DE 2023

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Requer os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2023 - CCJ, para instruir o PLP 164/2022, que “regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência” seja incluído representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Resultado: Aprovado.

19ª Reunião – 09/08/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 14, DE 2023

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requer urgência para o PL 4875, de 2020.

Resultado: Aprovado.

20ª Reunião – 16/08/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15, DE 2023

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Requer realização de audiência pública para debater a PEC 45/2019.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 16, DE 2023

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2342/2022, que “dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 17, DE 2023

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1987/2023, que “cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 18, DE 2023

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 112/2017, que “Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 19, DE 2023

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 196/2020, que “altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico”.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 20, DE 2023

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Requerimento de Urgência para o PL 2233/2022.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 21, DE 2023

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requer inclusão de nomes para a audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 45/2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional".

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 22, DE 2023

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Requer inclusão de nomes para a audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 45/2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional".

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23, DE 2023

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Requer inclusão de convidados no Plano de Trabalho da Reforma Tributária PEC 45/2019.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24, DE 2023

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requer a realização de audiência pública para instruir a PEC 3/2022.

Resultado: Aprovado.

22ª Reunião – 23/08/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 25, DE 2023

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Requer a inclusão de novo convidado na Audiência Pública destinada a debater o PL 196 de 2020.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, DE 2023

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requer Destaque da Emenda 1 PL 2254/2022.

Resultado: Rejeitado.

24ª Reunião – 30/08/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, DE 2023

Requer realização de três audiências públicas ao PL 1388/2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

27ª Reunião – 13/09/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, DE 2023

Realização de Audiência Pública CCJ PL da 5384, e 2020.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Resultado: Aprovado.

31ª Reunião – 20/09/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29, DE 2023

Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL 2903/2023.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Resultado: Rejeitado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30, DE 2023

Requer realização de audiência pública para debater o marco temporal - PL 2903/23.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Resultado: Rejeitado.

35ª Reunião – 20/09/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31, DE 2023

Requer urgência para o PL 2903/2023.

Autoria: Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)

Resultado: Aprovado.

39ª Reunião – 04/10/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32, DE 2023

Requer Urgência para o PL 4503/2023.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 33, DE 2023

Requerimento de Urgência para o PLP 136, de 2023.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 34, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 3045/2022.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Aprovado.

41ª Reunião – 18/10/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 35, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 36, DE 2023

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4086/2023, que “institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização”.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 37, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 88/2018, que “estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública”.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 38, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1269/2022.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 39, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3535/2023.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Resultado: Aprovado.

43ª Reunião – 25/10/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 40, DE 2023

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3045/2022.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Resultado: Aprovado.

46ª Reunião – 07/11/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 41, DE 2023

Requer destaque da emenda 742.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 42, DE 2023

Requer votação em separado da Emenda 761 da PEC 45/2019, de autoria do Senador Angelo Coronel.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 43, DE 2023

Requer votação em separado da Emenda 578 da PEC 45/2019 do senador Vanderlan Cardoso.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 44, DE 2023

Requer destaque da emenda 488.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 45, DE 2023

Requer destaque meenda 491.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 46, DE 2023

Requer destaque para aprovação completa da Emenda nº 227-CCJ, acatada parcialmente pelo Relator.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 47, DE 2023

Requer votação em separado da emenda 782 da PEC 45/2019.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 48, DE 2023

Requer Destaque da Emenda 710 - PEC 45/2019 – CCJ.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 49, DE 2023

Requer votação em da emenda 698, apresentada a PEC nº45, de 2019, "altera o sistema tributária nacional".

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 50, DE 2023

Requer Destaque da Emenda 785.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 51, DE 2023

Requer destaque da Emenda 595.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 52, DE 2023

Requer Destaque da Emenda 696 - PEC 45/2019.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 53, DE 2023

Requer Destaque da Emenda nº 001.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 54, DE 2023

Requer Destaque da Emenda nº 697.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 55, DE 2023

Requer destaque para emenda nº 286 - Emenda do emprego.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 56, DE 2023

Requer destaque da EMD à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 57, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da emenda nº 86 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58, DE 2023

Requer destaque, para votação em separado, da Emenda nº 59 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, DE 2023

Requer destaque da Emenda nº 777 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60, DE 2023

Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 705 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 61, DE 2023

Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 70 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 62, DE 2023

Requer destaque para votação em separado.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 63, DE 2023

Requer Destaque para EMD 117 à PEC 45/19.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 64, DE 2023

Requer Destaque da EMD 128 à PEC 45/19.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 65, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da emenda 386 apresentada à PEC 435/2019.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 66, DE 2023

Requer destaque para a Emenda nº 24.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 67, DE 2023

Requer destaque para a Emenda 66.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 68, DE 2023

Requer destaque p votação em separado da Emenda 228 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 69, DE 2023

Requer votação em separado da Emenda 750 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 70, DE 2023

Requer votação em separado da Emenda 238 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 71, DE 2023

Requer destaque para a Emenda nº 759-CCJ, apresentada à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 72, DE 2023

Requer destaque a Emenda 108 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 73, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da emenda 498 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 74, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da emenda 503 à PEC 45/2019.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 75, DE 2023

Requer votação em separado da Emenda 164 à PEC 45/2019

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 76, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da Emenda 105 à PEC 45/2019.

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 77, DE 2023

Requer destaque da Emenda n. 702 na PEC 45/2019.

Autoria: Líder do UNIÃO Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 78, DE 2023

Requer Destaque Votação em separado emenda 714.

Autoria: Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 79, DE 2023

Requer Destaque CCJ Emenda 736 à PEC 45/2019.

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 80, DE 2023

Requer destaque para votação em separado da emenda nº 783 à PEC nº 45 de 2019.

Autoria: Líder do PODEMOS Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

Resultado: Aprovado.

53ª Reunião – 06/12/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 81, DE 2023

Requerimento de Urgência para a MSF nº 87, de 2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 81, DE 2023

Requerimento de Urgência para o PL 2402/2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

54ª Reunião – 13/12/2023

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 83, DE 2023

Requerimento de Urgência para a MSF nº 88, de 2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 84, DE 2023

Requerimento de Urgência para a MSF nº 89, de 2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

ORÇAMENTO

48ª Reunião – 14/11/2023

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatora ad hoc: Senadora Augusta Brito

Resultado: Aprovado o relatório do Senador Alessandro Vieira, relatado ad hoc pela Senadora Augusta Brito, pela apresentação das Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ (acolhendo, respectivamente, as propostas de números 1,12,18,22,26,36 na forma da proposta de número 1, as propostas de números 4,11,19,24,33,37 na forma da proposta de número 4, e as propostas de números 9,15,29,32,34 na forma da proposta de número 9, com os ajustes propostos no relatório), e as Emendas nº 4-CCJ a 15-CCJ (de texto).

50ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023

- Não Terminativo -

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Resultado: Aprovado o relatório do Senador Omar Aziz, que conclui pela aprovação das emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, de apropriação, e da emenda nº 5-CCJ, de texto, nos termos apresentados.

51ª Reunião – 22/11/2023

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023

- Não Terminativo -

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relator ad hoc: Senador Efraim Filho

Resultado: Aprovadas as Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ, nos termos do parecer apresentado.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

5ª Reunião – 18/04/2023

Finalidade

Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, que "altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano".

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 10/2022

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 3/2023 - CCJ

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Participante(s)

Sr. Antonio Condino Neto

Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP)

Sra. Juçaira Giusti

Representante da Associação "Eu Luto Pela Imuno Brasil" (ELPI)

Sr. Luiz Ribas

Médico e Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Sr. Gesmar Rodrigues Silva Segundo

Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e presidente da Sociedade Latino Americana de Imunodeficiências

Sr. Antonio Edson de Souza Lucena

Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)

Sr. Paulo Tadeu de Almeida

Hematologista e Presidente da Associação Brasileira de Banco de Sangue (ABBS)

Sra. Luciana Maria de Barros Carlos

Diretora-Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce)

Sr. Helder Melo

Assessor da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS)

Representante do Ministério da Saúde

Sr. Leonardo Moura Vilela

Assessor Parlamentar

Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Sr. Eduardo Maércio Fróes

Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Resultado:

Realizada a Audiência Pública.

6ª Reunião – 19/04/2023

Finalidade

Instruir o Projeto de Lei nº 3.713/2019, que “altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 3713/2019

Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 2/2023 - CCJ

Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Participante(s)

Sra. Michele dos Ramos

Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública
Representante de Ministério da Justiça e Segurança Pública

Sr. David Marques

Coordenador de Projetos
Representante de Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Sra. Carolina Taboada

Pesquisadora da área de segurança pública e política de drogas
Representante de Instituto Igarapé

Sr. Luciano Anechini Lara Leite

Promotor de Justiça Criminal no Estado de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduado em Ciências Criminais, Pós Graduado em Balística, Mestre em Garantismo pela Universidade de Girona (ESP)

Sr. Fabrício Rebelo

Jurista, jornalista, escritor e responsável pelo Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (CEPEDES)

Sr. Rodrigo de Barros Piedras Lopes

Delegado de Polícia da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO) da Polícia Civil do Rio de Janeiro

Sr. Roberto Uchôa de Oliveira Santos

Policial Federal, Mestre em Sociologia Política, Doutorando em Democracia

Sr. Felipe Angeli

Gerente de Advocacy
Representante de Instituto Sou da Paz

Sra. Fabíola Venera

Empresária, Instrutora de armamento e tiro, Despachante e Atleta

Sr. Achilles Santos Jacinto Filho

Coronel do Exército Brasileiro

Resultado:

Realizada a Audiência Pública.

8ª Reunião – 02/05/2023

Finalidade

Instruir o Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, que "dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica".

Matéria(s) relacionada(s)

PL 5884/2019

Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 5/2023 - CCJ

Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Participante(s)

Sr. Alessandro do Nascimento Santos

Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretaria de Educação Básica (SEB)

Representante do Ministério da Educação

Sra. Cristina Velasquez

Articuladora Pedagógica da Rede de Organizações Sociais da Pedagogia Waldorf

Representante das Instituições Comunitárias de Educação Básica

Sra. Guelda Andrade

Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Sra. Andressa Pellanda

Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Sr. Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

Coordenador do Fórum Nacional de Educação

Representante do Fórum Nacional de Educação

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

9ª Reunião – 02/05/2023

Finalidade

1ª Reunião do ciclo de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Segurança Pública (CSP), e Comissão de Educação (CE), com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 22/2023 - CDH

Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros.

REQ 11/2023 - CSP

Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

REQ 4/2023 - CCJ

Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Participante(s)

Sr. Celso Francisco Tondin

Doutor em Psicologia - Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e coordenador da Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional, representante do Conselho Federal de Psicologia

Sra. Carolina Campos

Representante da Consultoria Vozes da Educação

Sra. Ana Carolina Fonseca

Especialista em Educação e Proteção do UNICEF no Brasil

Sra. Thallita de Oliveira

Assessora Política do Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC

Sra. Anna Karla da Silva Pereira

Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade - Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Sra. Suely Melo de Castro Menezes

Vice-presidente da Câmara de Educação Básica, representante do Conselho Nacional de Educação

Resultado:

Audiência Pública realizada.

11ª Reunião – 16/05/2023

Finalidade

Debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 30/2023 - CAS

Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

REQ 4/2023 - CCJ

Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

REQ 11/2023 - CSP

Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

REQ 22/2023 - CDH

Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros.

Participante(s)

Sra. Eloa Moraes

Coordenadora-Geral de Política para Comunidades Tradicionais do Ministério da Igualdade Racial

Sra. Carolina Ricardo

Diretora-Executiva do Instituto Sou da Paz

Sra. Rossieli Soares

Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed

Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado

Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação

Observações

A reunião foi interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania e da Ouvidoria.

Resultado:

Realizada a Audiência Pública.

12ª Reunião – 18/05/2023

Finalidade

Instruir o Projeto de Lei nº 3.453, de 2021, que “altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício”.

Participante(s)

Sr. Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Sr. Lênio Luiz Streck

Jurista, professor e palestrante

Sr. Bruno Calabrich

Procurador Regional da República

Sr. Américo Bedê Freire Júnior

Juiz Federal

Sr. Antônio Carlos de Almeida Castro

Advogado Criminalista

Sr. Eugênio José Guilherme de Aragão

Jurista, ex-ministro da Justiça e ex-Procurador da República

Resultado:

Realizada a Audiência Pública.

21ª Reunião – 22/08/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Essa reunião servirá para exposição do diagnóstico dos problemas do sistema tributário nacional e como a Proposta de Emenda Constitucional debatida lida com eles, relacionando-a com as melhores práticas internacionais".

Matéria(s) relacionada(s):

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s):

REQ 15/2023 - CCJ

Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Participante(s):

Sr. Bernard Appy

Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

Sr. Marcus Pestana

Presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Sr. Heleno Torres

Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP)

Sra. Rita de La Feria

Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds (Reino Unido) e especialista em Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

Sr. Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento

Sr. Everardo Maciel

Ex-Secretário da Receita Federal

Resultado:

Realizada a Audiência Pública

23ª Reunião – 24/08/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Sabemos que os efeitos da Reforma Tributária serão distintos entre os variados setores da economia brasileira. Nesse sentido, essa audiência pública é a primeira de uma série de audiências com foco no impacto setorial da Reforma Tributária. Ouviremos representantes de entidades ligados à atividade industrial para exporem a repercussão das alterações propostas pela PEC na indústria"

Matéria(s) relacionada(s):

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s):

REQ 15/2023 - CCJ

Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Participante(s):

Sr. Armando Monteiro Neto

Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Sr. Igor Rocha

Economista-Chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Sr. Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente do Conselho Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Sr. Vander Francisco Costa

Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Sra. Alessandra Brandão

Consultora Jurídica da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Resultado:

Realizada a Audiência Pública.

25ª Reunião – 06/09/2023

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei nº 1388/2023, que "Dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento."

Matéria(s) relacionada(s)

PL 1388/2023

Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Participante(s)

Sr. Ricardo Lewandowski

Ministro aposentado do STF

Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Conselheiro do CNJ

Sr. Gregório Assagra de Almeida

Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp

Sr. Heleno Taveira Torres

Advogado e professor da USP

Sr. João Trindade Cavalcante Filho

Consultor Legislativo do Senado Federal

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

26ª Reunião – 12/09/2023

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei nº 196, de 2020, o qual “Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico”

Matéria(s) relacionada(s)

PL 196/2020

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 19/2023 - CCJ

Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

REQ 25/2023 - CCJ

Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Participante(s)

Sr. Clóvis Monteiro Neto

Procurador da Fazenda Nacional e Coordenador de Assuntos Financeiros
Representante de Ministério da Fazenda

Sr. Dárcio Guedes Júnior

Diretor do Fundo Nacional de Saúde
Representante de Ministério da Saúde

Sr. René José Moreira dos Santos

Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Sr. Eduardo Corrêa Tavares

Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros (SNFI) do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Sr. Mauro Guimarães Junqueira

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Sra. Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade

Doutora e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina

Sr. Leonardo Militão Abrantes

Doutor em Filosofia do Estado, mestre em Administração Pública, advogado e professor universitário

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

28ª Reunião – 13/09/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior

Auditor Fiscal do Estado de Minas Gerais e Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

Sr. Carlos Ari Sundfeld

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito, e sócio fundador da Sundfeld Advogados Consultores em Direito Público e Regulação

Sra. Melina Rocha

Consultora internacional e especialista em IVA, Coordenadora-Executiva do Projeto IVA no Século XXI da FGV

Sr. Luiz Dias

Auditor Fiscal do Estado do Amazonas e Coordenador do Encontro de Coordenadores e Administradores Tributários (ENCAT)

Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Economista, Ex-Secretária de Fazenda do Estado de Goiás, Consultora Sênior do Banco Mundial

Sr. Eduardo Fávero

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU)

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

29ª Reunião – 19/09/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Neste momento, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC."

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Carlito Meress

Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional

Sr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara

Procurador da Procuradoria Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Sr. João Carlos Galassi

Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS)

Sr. Luigi Nese

Presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS)

Sr. Gilberto Alvarenga

Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Sr. Breno de Figueiredo Monteiro

Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)

Sr. Murillo Allevato

Representante da Associação Brasileira da Educação Básica Privada (Abreduc) e Sócio do Bichara Advogados

Sr. Percy Soares Neto

Diretor Executivo da ABCON SINDCON

Sr. Pedro Fernandes

Conselheiro e ex-Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI)

Sr. Jarbas Debiagi

Diretor Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP)

Sr. Marcello Baird

Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde e representante da Reforma Tributária 3S

Sr. Marcos Mendes

Consultor Legislativo do Senado Federal e Pesquisador Associado do Insper

Resultado

Realizada a audiência pública.

30ª Reunião – 19/09/2023

Finalidade:

Instruir o PL 5384/2020, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 5384/2020

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 28/2023 - CCJ

Senador Paulo Paim (PT/RS)

Participante(s)

Sr. Clédisson Júnior

Cientista Político

Representante de DANDARA TONANTZIN, Deputada Federal

Sra. Maria do Rosário

Deputada Federal

Sra. Geisiane Freitas

Bacharel em Ciências Sociais e Pesquisadora das Relações Raciais Brasileiras e de Gênero

Sr. Cleber Santos Vieira

Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC)

Sr. Fernando Holiday

Vereador da Câmara Municipal de São Paulo

Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC)

Sr. Eli Vieira

Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela URRGS e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido

Sr. Eliel Benites

Diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves

Presidente da Nação Mestiça

Sra. Marcia Regina de Lima Silva

Secretária de Políticas e Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Sra. Manuella Mirella Nunes da Silva

Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

32ª Reunião – 20/09/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Nesta audiência pública, ouviremos os participantes abordarem questões relacionadas aos efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nos segmentos assinalados. Será a oportunidade para esclarecermos também acerca da perspectiva em relação ao preço dos alimentos com a aprovação da Reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica."

Requerimento(s) relacionado(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

REQ 23/2023 - CCJ

Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Participante(s)

Sr. Gesner Oliveira

Economista e consultor econômico, fundador da GO Associados

Sra. Maria Angélica Echer Ferreira Feijó

Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Sr. João Caetano Muzzi Filho

Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

Sr. Nelson Leitão Paes

Doutor em Economia e Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

Sr. Mailson da Nóbrega

Ex-ministro da Fazenda, sócio da Tendências Consultoria

Sr. Roberto Giannetti da Fonseca

Economista, Presidente das empresas Kaduna Consultoria e BK Consulting, Presidente do LIDE Energia e membro do Conselho da AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil

Sra. Tatiana Falcão

Especialista em questões de tributação do clima na ONU (UNDP)

Sr. Fernando Cadore

Presidente da Aprosoja-MT

Sr. Vilmondes Sebastião Tomain

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO)

Sr. André Meloni Nassar

Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

33ª Reunião – 21/09/2023

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei nº 1388/2023, que “dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 1388/2023

Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 27/2023 - CCJ

Senador Weverton (PDT/MA)

Participante(s)

Sr. Pierpaolo Cruz Bottini

Advogado e professor da Universidade de São Paulo

Sra. Amanda Rodrigues

Diretora do Lawfare Nunca Mais

Sr. Caio Chaves Morau

Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP)

Sr. José Eduardo Cardozo

Jurista, Ex-Ministro da Justiça e Ex-Advogado-Geral da União do Brasil

Sra. Fabiane Pereira de Oliveira

Assessora do Supremo Tribunal Federal (STF)

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

34ª Reunião – 26/09/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "A definição de um tratamento uniforme com uma alíquota padrão não pode afastar a necessidade de discutirmos os casos que, por peculiaridades próprias, devem receber tratamento distinto. Nesta reunião, ouviremos as justificativas para implementação e abrangência de regimes específicos e favorecidos. Outro assunto correlato a discutir é a escolha entre instituir regimes favorecidos e criar um mecanismo de restituição do imposto pago pelos consumidores de baixa renda"

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Paulo Rabello de Castro

Economista Ph.D pela Universidade de Chicago (EUA) e ex-Presidente do IBGE e do BNDES

Sr. Nelson Mussolini

Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde

Sr. Thomaz Nogueira

Consultor Tributário e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa)

Sra. Lina Santin

Advogada Tributarista

Sr. Emerson Casali

Diretor na CBPI Produtividade Institucional

Representante de Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Sr. João Hamilton Rech

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Resultado

Audiência Pública realizada.

36ª Reunião – 27/09/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Luis Fernando Pereira da Silva

Secretário de Finanças do Estado de Rondônia

Representante de COMSEFAZ

Sr. Sergio Wuff Gobetti

Pesquisador de carreira do IPEA, Doutor em Economia pela UnB, Ex-secretário de Política Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda e Assessor Econômico da SEFAZ-RS.

Sra. Ana Carolina Ali Garcia

Procuradora Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

Sr. Fabrizio Gomes

Secretário de Fazenda do Estado do Ceará

Representante de Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

37ª Reunião – 28/09/2023

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei nº 1388/2023, que “dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 1388/2023

Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 27/2023 - CCJ

Senador Weverton (PDT/MA)

Participante(s)

Sr. Carlos Eduardo Frazão do Amaral

Advogado, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e Ex-Diretor Jurídico da Presidência do Senado

Sr. André Estevão Ubaldino Pereira

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Sr. Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

Sr. Gabriel Sampaio

Diretor de Litígio Estratégico da Conectas Direitos Humanos

Sr. Frederico Mendes Júnior

Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB

Sr. Flávio José Roman

Advogado-Geral da União Substituto

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

38ª Reunião – 03/10/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Requerimento(s) relacionado(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Francisco Nélio Aguiar da Silva

Presidente da Federação das Associações dos Municípios Paraenses - FAMEP e 1º Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios - CNM
Representante de Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Sr. Rodrigo Octávio Orair

Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

Sr. Fernando Luz Lehn

Consultor tributário coordenador da área de receitas municipais da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)

Sr. Francelino das Chagas Valença Junior

Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO)

Sr. Dário Jorge Giolo Saadi

Prefeito de Campinas/SP e Vice-presidente de Saúde da FNP
Representante de Frente Nacional de Prefeitos - FNP

Sr. Sebastião de Araújo Melo

Prefeito de Porto Alegre/RS e Vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP
Representante de Frente Nacional de Prefeitos – FNP

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

40ª Reunião – 04/10/2023

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Nesta reunião, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC".

Requerimento(s) relacionado(s)

PEC 45/2019

Câmara dos Deputados

Participante(s)

Sr. Marco Aurélio Barcelos

Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR)

Sr. Roberto Ardenghy

Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP)

Sr. John Anthony Von Christian

Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Telesserviço (ABT)

Sra. Marina Thiago

Gerente e cofundadora do Pra Ser Justo

Sr. Diego Ramiro

Presidente da Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos (ABAI)

Sr. Josier Vilar

Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)

Sr. Eduardo Fleury

Advogado, Economista, Sócio da FCR Law, Consultor do Banco Mundial e Mestre em Tributação Internacional

Sr. Tiago Conde Teixeira

Representante de: Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG-BR)

Sr. Gerino Xavier da Silva Filho

Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática – FENAINFO

Sr. Marcelo Almeida

Relações Governamentais e Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES)

Representante de Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES)

Sra. Ariane Costa Guimarães

Vice-presidente da Comissão de Tribunais Superiores da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF)

Sr. Cláudio Tartarini

Sócio do Souza Netto e Tartarini Advogados

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

40ª Reunião – 04/10/2023

Finalidade

Instruir o PL nº 3045/2022, que “institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 3045/2022

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 34/2023 - CCJ

Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Participante(s)

Sr. Rafael Moreira da Silva de Oliveira

Coordenador de Projeto na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Sr. Elias Vaz

Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Sr. Rodolfo Queiroz Laterza

Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil ADEPOL

Sr. Coronel PMSC Marlon Jorge Teza

Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME

Sr. Beatriz Graeff

Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz

Sr. Chiavelli Facenda Falavigno

Coordenadora do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM

Sr. Mário Augusto D'Antonio Pires

Integrante do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais -IBCCRIM

Sr. Gabrielle Ribeiro Nascimento

Representante de UNEafro Brasil – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

45ª Reunião – 31/10/2023

Finalidade

Debater a PEC nº 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para criminalizar a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 45/2023

Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 35/2023 - CCJ

Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Participante(s)

Sr. Antonio Geraldo da Silva

Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)

Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira

Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Sr. José Theodoro Corrêa de Carvalho

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Sra. Célia Regina Gomes de Moraes

Coordenadora da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem

Sra. Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira

Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep)

Resultado

Realizada a Audiência Pública.

ESTATÍSTICAS 2023

TOTAL DE REUNIÕES: 54

Audiências Públicas: 22

MATÉRIAS APRECIADAS:

Projeto de Lei (terminativo): 31

Projeto de Lei (não terminativo): 37

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 2

Projeto de Lei Complementar (não terminativo): 3

Proposta de Emenda à Constituição (não terminativo): 12

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 3

Mensagens (Senado Federal): 8

Projeto de Resolução "SF" (não terminativo): 1

Ofícios "S": 19

Turno Suplementar (terminativo): 7

Emenda – CCJ: 118

Emendas de Plenário: 3

Requerimento CCJ: 84

Emendas – PLDO: 15

Emendas – PLOA: 4

Emendas – PPA: 3

TOTAL: 350